



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 706AD-2F0A2-4B487



Estudo Técnico Preliminar 00186/2024-8

Processo: 09951/2024-8

Classificação: Eventos Educacionais - Palestras/Congressos/Outros

Criação: 13/11/2024 14:30

Origem: ECP - Escola de Contas Públicas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 9951/2024

INSCRIÇÕES EM EVENTO –

Etiqueta, Cerimonial e Protocolo - Governamental, Empresarial e Social

Área Requisitante:
ECP – Escola de Contas Públicas

Servidor/Equipe Responsável pela elaboração:
Elisa Scardua de Souza Scopel – 203.296



1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se de inscrição de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo Jonas Suave e Carine Cabral Musso no evento aberto de capacitação e aperfeiçoamento intitulado: **Evento presencial – Etiqueta, Cerimonial e Protocolo - Governamental, Empresarial e Social.**

A capacitação sobre o assunto deverá contribuir para atualização e aperfeiçoamento dos servidores em cerimonial e protocolo governamental, empresarial e social, cujo nível ideal de conhecimento é 3 (Avançado) - Aplica, analisa e avalia o conhecimento, com experiência prática avançada.

A demanda de capacitação advém da ECP – Escola de Contas Públicas e consta na solicitação de participação em evento externo (Peça 02). As justificativas das solicitações reproduzimos a seguir:

“Aprimoramento no desempenho das atividades inerentes à Escola de Contas em apoio operacional a eventos institucionais com participação de autoridades e outras celebridades.”

2. ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Essa contratação está prevista no PAAE, bem como é uma demanda apresentada pela ECP – Escola de Contas Públicas (Protocolo TC nº 19885/2024).

A contratação também está prevista no Plano Anual de Contratação PAC – Escola de Contas Públicas – Contratação de serviços de eventos – Inscrição em evento – área outros - Etiqueta, Cerimonial e Protocolo - Governamental, Empresarial e Social.



Os recursos financeiros necessários para fazer frente a essa despesa estão previstos no orçamento da ECP de 2023: 02.101.011280540.2011 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.

3. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

A contratação se caracteriza como do tipo inexigível, cujas justificativas encontram-se no art. 74, inciso III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021, bem como nos art. 72, inciso I e art. 6º, inciso XVIII, alínea 'f' da mesma Lei.

O art. 74, inciso III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 estabelece:

" Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...) § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

O art. 72, inciso I da referida lei determina que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com documento de formalização de demanda e, se for o caso,



estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

O art. 6º, inciso XVIII, alínea 'f' da mesma lei, preceitua que são considerados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual aqueles realizados em **trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**.

Assim, para a configuração de hipótese de **inexigibilidade de licitação**, extraem-se do texto legal os seguintes requisitos:

- A) O objeto deve ser serviço técnico profissional especializado;
- B) O serviço deve ser de natureza singular;
- C) O prestador do serviço deve ser notoriamente especializado.

A) O objeto da contratação é serviço técnico profissional especializado:

O art. 74, inciso III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 considera o serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal como **serviço técnico profissional especializado** de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

No mesmo sentido, ressalta-se que há jurisprudência favorável para a inexigibilidade para contratação desse tipo de serviço conforme **Decisão nº 439/98 do Tribunal de Contas da União** relacionada a seguir:

"(...) defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores



como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador.

1. considerar que **as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25 (gn), combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;**"

B) O serviço é de natureza singular:

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme Decisão nº 439/98 destaca que **é de natureza singular aquele curso desenvolvido ou adaptado especificamente para o atendimento das necessidades do contratante e/ou voltado para as peculiaridades daqueles que serão treinados.**

C) O prestador do serviço é notoriamente especializado:

Segundo Hely Lopes Meirelles, em seu livro ESTUDOS E PARECERES DE DIREITO PÚBLICO – SP – RT VIII, 1984, pág. 83 – o serviço técnico profissional especializado é aquele que exige, além da habilitação profissional pertinente, conhecimentos mais avançados na técnica de sua execução, operação ou manutenção.

No mesmo sentido, a legislação e a própria doutrina consideram de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade é decorrente do **desempenho anterior, estudos, experiências,**



publicação, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos que se relacionam com suas competências.

Vale destacar que **a notória especialização guarda íntima relação com a natureza singular do serviço a ser prestado.** Nesse sentido, José dos Santos Carvalho¹ (2010) assim afirma no seu Manual de Direito Administrativo:

“Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor. Correta, portanto, a observação de que singulares são os serviços porque apenas podem ser prestados de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que a singularidade do serviço está contida no bojo da notória especialização.”

O eminente jurista Eros Roberto Grau, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, ainda reforça esta ligação da notória especialização com a singularidade do objeto ao escrever em seu artigo:

“Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor. Correta, portanto, a observação de que singulares são os serviços porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que **a singularidade dos serviços está contida no bojo da notória especialização.**” (Gn). Do artigo Inexigibilidade de licitação – serviços técnicos – profissionais especializados – Notória especialização, in RDP 99/70”.

A norma contida no § 3º, do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 estabelece o que vem a ser a notória especialização do contratado:

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 23 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editoria, 2010. p.528



§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

De forma mais objetiva, Marçal Justen Filho relaciona alguns requisitos que podem ser utilizados como parâmetro pelo gestor público para a identificação da notória especialização.

“A especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade. Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de curso e a titulação no âmbito de pós-graduação, a participação em organismos voltados a atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício do magistério superior, a premiação em concursos...” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2005, Editora Dialética, p. 275, grifo).

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Essa capacitação deve ser entendida como sendo evento do tipo avançado, haja vista que o evento garantirá aos servidores a possibilidade de capacitação e atualização em etiqueta, cerimonial e protocolo seja ele governamental, empresarial ou social.



A prestação de serviço ocorrerá conforme o folheto de divulgação apresentado pela empresa, disponível na peça 07 deste processo, que informa o seguinte:

- o evento ocorrerá na modalidade presencial, dos dias 26 a 29 de novembro de novembro de 2024, em São Paulo/SP;
- o evento apresenta carga horária de 28 horas;
- o evento abordará diversos conteúdos e irá apresentar e discutir temas da atualidade;
- Serão contratadas 02 (duas) vagas para o evento, no valor total de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais). A documentação que informa o valor encontra-se na peça 07, em proposta financeira da própria empresa prestadora do serviço. A comprovação isonômica do preço pode ser feita com base nesse material promocional do evento, o que servirá, pelo menos, para afastar a figura do superfaturamento dos preços solicitados;
- o evento será ministrado pela facilitadora Gilda Fleury Meirelles;
- a Escola de Contas Públicas – ECP deverá aplicar um questionário de satisfação ao servidor no término do evento, assim como deverá solicitar informações à área demandante sobre a efetiva utilização do conhecimento adquirido no evento nas suas atividades.

A facilitadora especialista indicada pela empresa para ministrar esta capacitação é a Sra. **Gilda Fleury Meirelles**, cujo currículo resumido reproduzimos a seguir:

Gilda Fleury Meirelles – Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em relações públicas pela FAAP – Faculdade Armando Álvares Penteado / SP; Pós Graduada em Ciências da Comunicação pela USP / SP (nível mestrado); MBA pela Sorbonne Université (França) em Relations Publiques; MBA em Comunicação Corporativa pela Universidade Syracuse (USA); Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero / SP e Membro Honorário da ACONBRAS – Associação dos Cônsules no Brasil. Consultora, assessora, instrutora e professora de comunicação empresarial, protocolo,



cerimonial, eventos, cultura internacional – hábitos e costumes dos povos e a arte de falar em público – mestre de cerimônias. Foi coordenadora de Comunicação Social do Governo do Estado de São Paulo, passando para a Secretaria de Estado da Saúde. Conselheira do CONRERP / 2ª Região (duas gestões); diretora da ABRP/SP (quatro gestões), e coordenadora no Brasil do CIESURP – Centro Interamericano de Estudios Superiores de Relaciones Públicas y Opinión Pública, da CONFIARP – Confederación Interamericana de Relaciones Públicas. Recebeu vários prêmios, entre eles o Troféu que leva o seu nome - Troféu Gilda Fleury e o Prêmio Cerimonial Brasil 2021, maior láurea do setor. Responsável por vários mega eventos, como “Os 100 Anos da Souza Cruz”, “Inauguração da Fábrica WestRock”, entre outros. Autora dos livros “Tudo sobre Eventos”, impresso (2ª edição) e e-book (2024); “Eventos – Seu Negócio, Seu Sucesso”; “Protocolo e Cerimonial – Normas, Ritos e Pompa” (4ª edição); e co-autora dos livros “O Negócio é o Seguinte – Hábitos e costumes dos povos e sua influência na vida empresarial” e “Cerimonial e Protocolo”, este organizado pela Conecta Eventos. Articulista de jornais e revistas e conferencista em eventos nacionais e internacionais. Atualmente, é presidente da delegação do Brasil no Consejo Superior Europeo e Iberoamericano de Doctores Honoris Causa (Barcelona, Espanha); Presidente da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo – ABCP onde é Acadêmica, Dirección de Investigación y Doctrina da Academia Internacional de Ceremonial y Protocolo - AICP e Diretora de Ensino da OICP - Organización Internacional de Cerimonial y Protocolo. Membro do CNCP - Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo. É Acadêmica Correspondente da Academia Argentina de Ceremonial (2017, Buenos Aires, Argentina). Foi diretora do IBRADEP – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Comunicação, Capacitação Profissional e Empresarial. Atualmente, é diretora e instrutora de cursos da GF Cerimonial & Eventos.



A contratação se caracteriza como do tipo inexigível, vez que se entende que os requisitos que justificam a inexigibilidade estão devidamente atendidos.

Nesta contratação, o curso solicitado é de natureza singular, pois sua elaboração atende especificamente a demanda de obter atualização em cerimonial e protocolo.

O conteúdo programático elaborado está de acordo com as peculiaridades e necessidades específicas sobre esse assunto. Conforme experiência apresentada em cursos dessa natureza configura-se no caso de serviço técnico profissional especializado e, desse modo, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade prevista no inciso III, alínea 'f' do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, reforça-se que Gilda Fleury Meirelles é notoriamente especializada, pois conforme as informações supracitadas, tem vasta experiência em treinamentos dessa natureza.

Desse modo, como o serviço objeto desta contratação é de natureza singular, e visto que o Art. 74, inciso III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 autoriza a contratação direta de serviços técnicos profissionais especializados enumerados na referida alínea 'f' (especificamente o serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal), com profissionais ou empresa de notória especialização, **sugerimos esta contratação por inexigibilidade de licitação face a notória especialização.**

Ao nosso ver, as informações acima refletem e atestam o mérito e as competências exigidas no artigo 74, inciso III anteriormente transcrito.

Ainda em face do exposto, julgamos ser inviável a competição, por se tratar de evento ministrado por especialistas na temática, podendo-se inferir que a facilitadora se enquadra no conceito de notória especialização, previsto no parágrafo 3º, do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.



5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Trata-se de evento aberto e o valor total apresentado pela empresa GF Cerimonial & Eventos, para a participação de 02 (dois) servidores no evento **“Etiqueta, Cerimonial e Protocolo - Governamental, Empresarial e Social”** é de R\$ 8.800,00 (oito mil oitocentos reais). A documentação que informa o valor encontra-se na peça 07, em proposta financeira da própria empresa prestadora do serviço.

Além da obrigatoriedade de justificar as razões da escolha do prestador de serviços, de acordo com o que determina o inciso II do art. 72 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, é oportuno destacar também o requisito **“justificativa de preço”**, (art. 72, inciso VII) como outro **elemento indispensável na instrução do processo de inexigibilidade**.

Nesse sentido, é oportuno citar os ensinamentos constantes do VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, do autor Jorge JEANE LEITE DA SILVA CANELAS - CON TREINAMENTOS Ulisses Jacoby Fernandes - Ed. Fórum, 2ª Edição, pp. 254/255, que a seguir transcrevemos:

“Sendo o objeto singular é necessária a contratação de notório especialista, o preço desse não pode ser comparado com os outros profissionais não-notórios. **Nessa linha, o preço deve ser estimado a partir do preço que esse mesmo profissional pratica. (gn)**

A discussão que se pode fazer é se esse profissional é mesmo indispensável e se o objeto efetivamente apresenta singularidade, mas **não se pode pretender que o especialista que se destaca pela sua notoriedade pratique o preço de mercado. (gn)**

O Tribunal de Contas da União também admitiu que a justificativa fosse feita considerando o que seria desembolsado em inscrições caso o treinamento fosse aberto, multiplicando o preço per capita pelo total de participantes e comparando com o preço pago ao instrutor, no curso fechado”.



6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Não há parcelamento do valor a ser pago. O valor das inscrições no evento deverá ser pago na contraprestação do serviço prestado pela empresa. Após o término do evento, mediante o envio da nota fiscal pela empresa contratada e demais formalidades, será solicitada a realização do pagamento.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação para essa prestação de serviços está ancorada no tipo e quantidade de demanda a ser atendida, qual seja, a capacitação de 02 (dois) servidores que deverão ter suas competências ampliadas sobre cerimonial e protocolo.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Serão contratadas **02 (duas)** vagas, conforme descrito na solicitação de participação em evento externo constante do Protocolo TC nº 19885/2024.

9. ESTIMATIVA DO VALOR

Conforme disposto no artigo 72, inciso VII da Lei nº 14.133/2021, faz-se necessário justificar os preços. Nesse sentido, destacamos determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) proferidas no Acórdão 819/2005 – TCU – Plenário:

“...9.1.2. nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/1993;



9.1.3. Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que **o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte (gn)**, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993”.

Ocorre que, também seguindo as orientações de J.U Jacoby Fernandes para este caso, a comprovação isonômica do preço pode ser feita com base no material de divulgação promocional do evento (folder, etc..)², o que servirá, pelo menos, para afastar a figura do superfaturamento dos preços solicitados.

No caso em tela, o preço cobrado para qualquer participante, conforme material de divulgação (ver peça 07 - proposta de preços) é de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) por pessoa.

Portanto, o valor solicitado não só é coerente com a realidade do mercado como também é o valor cobrado para a participação de qualquer interessado, o que afasta a figura de superfaturamento do preço solicitado, sendo, portanto, vantajosa para esta Corte de Contas viabilizar essa participação.

² Aliás, o professor Jacoby, ao defender a importância e relevância do material de divulgação do evento, afirma:

Note que nesse caso o folder do curso, se bem elaborado, dispensa na hipótese de curso aberto ou fechado a maior parte dos elementos exigidos no projeto básico. Aliás, é comum que no processo não conste projeto básico, mas apenas um conjunto de informações complementares ao folder.

Fonte: FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Contratação de Treinamento. Doutrina e prática. 2ª. Edição. Editora Negócios Públicos. Curitiba. 2015, p. 70



10. RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado pretendido com essa contratação é a atualização dos servidores em etiqueta, cerimonial e protocolo, seja governamental, empresarial e social.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a formalização contratual, dentre as providências a serem tomadas pela Administração estão: encaminhar à contratada o nome dos servidores que participarão do evento, conforme solicitação da área demandante, quando haverá a pré-inscrição informando a forma de pagamento, em seguida o representante da empresa deverá confirmar essa fase.

Por oportuno, indicamos as seguintes servidoras da Escola de Contas que irão acompanhar a contratação, bem como todo o processo de capacitação:

- Fiscal titular: Elisa Scardua de Souza Scopel – matrícula 203.296
- Fiscal substituto: Juliana da Cruz Sarnaglia - matrícula 203.709

12. COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTE

Este ETP não prevê contratação correlata, pois trata-se de uma prestação de serviço intelectual, qual seja, participação de servidores em evento de capacitação sobre cerimonial e protocolo.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há qualquer impacto ambiental, ao contrário, os recursos a serem utilizados serão mínimos.



14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Dado o exposto, e considerando que:

- a apresentação de pedido da área demandante vincula a capacitação à necessidade de se adquirir competência e atualização técnica acerca de cerimonial e protocolo;
- a empresa prestadora do serviço de capacitação é especializada em realização de capacitação e treinamentos;
- o treinamento é oferecido por meio de metodologia de aprendizagem e tecnologia em conformidade com as exigências de mercado;
- trata-se de um treinamento específico, de natureza singular, dada a especificidade, a complexidade que envolve a temática e a oportunidade de atualização dos servidores do TCEES, caracteriza-se a singularidade do objeto, que inviabiliza a competição.

Assim sendo, e considerando todas as argumentações, exposições de motivos e justificativas elencados no documento, a Escola de Contas Públicas – ECP recomenda a execução da prestação de serviços – **Evento presencial – Etiqueta, Cerimonial e Protocolo - Governamental, Empresarial e Social.**

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar que o detalhamento desta contratação se encontra pormenorizado no sistema informatizado do Processo Administrativo Eletrônico do e-TCEES, na aba 'Contratações'.

Cumprе informar que a presente construção está em conformidade com as condições de mercado existentes e contém as especificações necessárias para



a contratação. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Administração e seguidas as orientações da legislação vigente.